

10/95  
2  
E DO DIA

PROJETO DE LEI Nº 048/95-8

ORDEM DO DIA  
EM 14/11/95

## INSTITUI O CÓDIGO DE POSTURA DO MUNICÍPIO DE MARECHAL FLORIANO

O Prefeito Municipal de Marechal Floriano, estado do Espírito Santo, no uso de atribuições legais, faz saber a Câmara Municipal e ele sancionou a seguinte Lei:

### PARTE GERAL DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

CÂMARA MUNICIPAL
MARECHAL FLORIANO
Protocolado sob nº 0
m 10/10/18
<i>Assinatura</i>
Encarregado

Art. 1º - Este artigo regula as medidas de política administrativa, de higiene, ordem e funcionamento dos estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços, além de comércio eventual e ambulante, determinado as relações entre Poder Público e os municípios.

Art. 2º - Ao prefeito e, em geral, aos funcionários municipais, encube velar pela observância dos preceitos deste código.

### LIVRO I

#### DA APLICAÇÃO DO DIREITO MUNICIPAL

#### TÍTULO I DA INFORMAÇÃO E PENALIDADES

#### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 3º - Constitui infração toda ação ou omissão contrárias as prescrições deste código ou de outras leis, decretos, resoluções e atos baixados pelo poder Executivo no exercício de poder de polícia.

Art. 4º - Será considerado infrator todo aquele que cometer, mandar, constranger ou induzir alguém a praticar infração e ainda, os responsáveis pela execução das leis que, tendo conhecimento da infração, deixarem de autuar o infrator.

#### CAPÍTULO II DAS PENALIDADES

Art. 5º - Sem prejuízo das sanções de natureza civil e penal cabíveis, as infrações serão punidas, alternativa ou cumulativamente, com as penalidades seguintes:

- I - Advertência ou notificação preliminar;
- II - Multa;
- III - Apreensão do produto;
- IV - Inutilização do produto;
- V - Proibição ou interdição de atividades, observada a legislação federal a respeito;
- VI - Cancelamento do alvará de licença do estabelecimento.

Art. 6º - A pena, além de impor a obrigação ou desfazer, será pecuniária e implicará multa, observados os limites estabelecido neste código.

**Art. 7º** - Quando o infrator se recusa a satisfazer a penalidade pecuniária, imposta de r e pelos meios hábeis, no prazo legal, esta será executada judicialmente.

§ 1º - A multa não paga no prazo regulamente será escrita ~~em~~ dívida ativa;

§ 2º - Os infratores que estiverem em débito não poderão receber quaisquer quantia edito que tiverem com a Prefeitura, participar de concorrência, coleta ou tomada de preço, ar contrato ou termo de qualquer natureza, ou transacionar a qualquer título com a istração municipal.

**Art. 8º** - As multas serão impostas em valor mínimo ou máximo.

**Parágrafo Único** - Na imposição da multa, e para graduá-la, ter-se-á em vista:

I - A maior ou menor gravidade da infração;

II - As suas circunstâncias atenuantes ou agravantes;

III - Os antecedentes do infrator, com relação as disposições deste código.

**Art. 9º** - Nas reincidências as multas serão comunadas em dobro.

**Parágrafo Único** - Considera-se reincidente aquele que violar alguma prescrição deste o, por cuja infração já tiver sido atuado ou punido.

**Art. 10** - As penalidades impostas com base neste código, não isenta o infrator da ação de reparar o dano resultante da infração na forma do Art. 159 do código civil.

**Art. 11** - Nos casos de apreensão de mercadorias, o material apreendido será idido ao depósito da Prefeitura municipal, quando isto não for possível ou quando a apreensão - fora da cidade, este poderá ser depositado em mãos de terceiros ou do próprio detente, se o observadas as formalidades legais.

**Parágrafo Único** - A apreensão consiste na tomada dos objetos que constituírem material de infração dos dispositivos estabelecidos neste código, lei ou regulamento.

**Art. 12** - A devolução do material apreendido só será feita depois de integralmente as multas aplicadas e indenizada a Prefeitura pelas despesas ocorridas por conta da apreensão, porte e depósito do mesmo.

§ 1º - O prazo para que se retire o material apreendido será de 30 (trinta) dias. Caso material não seja retirado ou requisitado neste prazo, será vendido em hasta pública pela itura, sendo aplicada uma importância apurada na indenização das multas e despesas que trata o rafo anterior e entregue qualquer saldo ao proprietário, mediante requerimento devidamente ido e processado;

§ 2º - No caso da coisa apreendida tratar-se de material ou mercadoria perecível, o para reclamação e retirada será de 24 (vinte e quatro) Horas, esgotado o prazo, caso referido ial ainda se encontrar perfeito para o consumo humano, poderá ser doado as instituições de ência social, e no caso de deteriorização, deverá ser totalmente inutilizado.

### **CAPITULO III**

#### **DAS PENALIDADES FUNCIONAIS**

**Art. 13** - Serão punidos com multas equivalentes a 03(três) dias do respectivo mento;

I - Os servidores que se negarem a prestar assistência ao município, quando por este tados para estabelecimentos das normas consubstanciadas neste código;

II - Os agentes fiscais que, por Negligência ou má fé lavrarem autos sem obediência equisitos legais, na forma a lhes acarretar nulidade;

III - Os agentes fiscais que, tendo conhecimento de infração deixarem de autuar o or.

**Art. 14** - As multas de que trata o **Art. 13** serão imposta pelo prefeito, mediante sentença do chefe do órgão onde estiver lotado o agente fiscal, e serão devidas depois de dada em julgado a decisão que as tiver imposta.

## **CAPÍTULO IV**

### **DAS RESPONSABILIDADES PELAS PENAS**

**Art. 15** - Não são diretamente passíveis da aplicação das penalidades definidas em de infrações às normas prescritas neste código:

- I - Os incapazes na forma da lei;
- II - Os que forem coagidos a cometer infração;

**Art. 16** - Sempre que a infração for cometida por qualquer dos agentes citadas no anterior, a penalidade recairá:

- I - Sobre os pais, tutores ou pessoas sob cuja guarda estiver o menor;
- II - Sobre o curador ou pessoa sob cuja a guarda estiver o louco;
- III - Sobre aquele que der causa à contravenção forçada.

**Art. 17** - Quando o infrator incorrer simultaneamente em mais de uma penalidade ante de diferentes dispositivos legais, aplicar-se-á a pena maior, aumentada de 2/3 (dois terços)

## **CAPÍTULO V**

### **DA NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR**

**Art. 18** - Verificando-se infração à lei ou regulamento Municipal, e sempre que se ate não implicar em prejuízo iminente para a comunidade, será expedida contra o infrator, cação preliminar, fixando-se um prazo para que este regularize a situação.

§ 1º - O prazo para regularização da situação, não deverá exeder a 30 (trinta) dias e fixado pelo agente fiscal no ato da notificação;

§ 2º - Decorrido o prazo estabelecido sem que o notificado tenha regularizado a ão apontada, lavrar-se-á respectivo auto de infração;

**Art. 19** - A notificação será feita em formulário destacável do talonário aprovado pela tura. No talonário ficará a cópia a carbono da notificação com o ciente do notificado.

§ 1º - No caso do infrator ser analfabeto, fisicamente impossibilitado ou incapaz na da lei, ou, ainda de se recusar a explicitar que tomou ciência da notificação, o agente fiscal rá no documento de fiscalização, ficando assim justificada a ausência da assinatura do infrator;

§ 2º - A ausência da assinatura do infrator nos casos de que trata o parágrafo anterior, nvalida a notificação, não desobrigando também, o infrator de cumprir as penalidades impostas és da mesma

**Art. 20** - As notificações conterão obrigatoriamente:

- I - O dia, mês, ano, hora e lugar em que foi lavrada;
- II - O nome e endereço do infrator;
- III - A disposição infligida;
- IV - A assinatura de que a lavrou;
- V - A assinatura do infrator.

**Art. 21** - Não caberá notificação preliminar devendo o infrator ser imediatamente do:

- I - Quando pilhado em flagrante;
- II - Nas infrações capituladas no título II - Higiene pública.

## **CAPÍTULO VI DA REPRESENTAÇÃO**

**Art. 22** - Quando incompetente para notificar preliminarmente ou autuar, o agente deve, e qualquer pessoa do povo pode representar contra toda ação ou omissão contrária a disposição deste código ou de outras leis e regulamentos de posturas.

**Art. 23** - A representação far-se-á em petição assinada e mencionará, em letra legível, a profissão e endereço do seu autor e será acompanhada de provas ou indicará os elementos e mencionará os meios ou as circunstâncias em razão das quais se tornou conhecida a infração.

**Parágrafo Único** - Não se admitirá representação feita por quem haja sido sócio, preposto ou empregado do infrator, quando relativa a fatos anteriores a data em que tenha adquirido essa qualidade.

**Art. 24** - Recebida a representação, a autoridade competente providenciará imediatamente as diligências para verificar a respectiva veracidade e conforme couber, notificará preliminarmente o infrator, autuá-lo - á ou arquivará a representação.

## **CAPÍTULO VII DO AUTO DE INFRAÇÃO**

**Art. 25** - Auto de infração é o instrumento pelo qual a autoridade municipal caracteriza a violação às disposições deste código, e/ ou de outras leis, decretos e regulamentos emanados das posturas municipais.

**Art. 26** - Dará motivos a lavratura do auto de infração qualquer violação às normas previstas neste código que for levada ao conhecimento do Prefeito ou de outro funcionário municipal a quem tenha sido delegada esta competência.

§ 1º - São autoridades para lavrar o auto de infração os fiscais ou outros funcionários efetivos municipais a quem tenha sido delegada essa atribuição;

§ 2º - São autoridades para confirmar os autos de infração e arbitrar multas, o prefeito municipal a quem seja delegada essa atribuição.

**Art. 27** - Nos casos em que se constate perigo ou prejuízo iminentes, para a comunidade, será lavrado o auto de infração, independente de notificação preliminar.

**Parágrafo Único** - O auto de infração poderá ser lavrado cumulativamente com o de multa e então conterá também os elementos deste.

**Art. 28** - Os autos de infração obedecerão a modelos especiais elaborados de acordo com a lei e conterão obrigatoriamente:

- I - O dia, Mês, ano, hora e lugar em que foi lavrado;
- II - O nome e cargo de quem a lavrou;
- III - Relato, usando de máxima clareza, do fato que caracteriza a infração e os elementos que se constituam em circunstâncias atenuante ou agravante na ocorrência;
- IV - O nome do infrator, seu endereço e sua profissão ou atividade;
- V - A disposição infligida;
- VI - A assinatura de quem a lavrou, do infrator e de duas testemunhas capazes, se houverem.

**Parágrafo Único** - As omissões ou incorreções do auto não determinarão sua nulidade quando do processo constarem elementos suficientes para caracterizar a infração e identificar o infrator.

**Art. 29-** No caso do infrator se recusar a assinar o auto de infração, será tal recusa dada ou mesmo pela autoridade que o lavrar.

**Parágrafo Único** - A assinatura do infrator não constitui em formalidade essencial à de do auto, sua existência não implica em confissão, assim como a recusa não agrava a pena.

**Art. 30** No caso previsto no artigo anterior, a segunda via do auto de infração será dada ao infrator através dos correios, sob registro, com aviso de recepção (AR).

## **CAPÍTULO VIII DA DEFESA DO INFRATOR**

**Art. 31** - O infrator terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentar defesa a da data de recebimento da 2ª via do auto de infração.

§ 1º - A defesa deverá ser feita por meio de requerimento à autoridade competente, anexo-se a anexação de documentos;

§ 2º - Não caberá defesa contra notificação preliminar;

§ 3º - Não sendo apresentada a defesa no prazo estabelecidos no artigo, será o or considerado revel.

**Art. 32** - A defesa contra ação dos agentes fiscais terá efeito suspensivo da cobrança multas ou da aplicação de penalidade.

**Art. 33** - Enquanto não estiver caracterizada a omissão do infrator ou enquanto o, o de defesa não for julgado pela autoridade competente, não poderá o agente fiscal lavrar novo le infração contra o infrator.

**Art. 34** - Julgada a defesa, o infrator deverá ser comunicado pela autoridade etente, num prazo de até 03 (três) dias úteis.

**Art. 35** - Sendo o pedido julgado improcedente será imputada a multa ao infrator, este intimado a recolhê-la aos cofres públicos.

**Art. 36** - Nos casos em que o infrator for revel, a multa será automaticamente inscrita vida ativa, extraindo-se a certidão respectiva para imediata cobrança judicial.

**Art. 37** - Quando a pena decorrer a obrigação de fazer ou desfazer qualquer obra ou o, será fixado ao infrator o prazo de 03 (três) dias, para início de seu cumprimento, e prazo vel para sua conclusão, respeitando o interesse público.

## **CAPÍTULO IX DA DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA**

**Art. 38** - A defesa contra a ação dos agentes fiscais serão decididas pelo secretário pial de administração e Finanças, que proferirá decisão no prazo de 10 (dez) dias.

§ 1º - Se entender necessário, a autoridade poderá, no prazo deste artigo, a rimento da parte ou de ofício, dar vista, sucessivamente ao atuado e ao reclamante e ou gnante, por 05 (cinco) dias a cada um para alegações finais;

§ 2º - Verificada a hipótese do parágrafo anterior, a autoridade terá novo prazo de 10 dias, para proferir a decisão;

§ 3º - A autoridade não fica restrita as alegações das partes devendo julgar de acordo sua convicção em face das provas produzidas.

**Art. 39** - A decisão redigida com simplicidade e clareza concluirá pela procedência ou inexistência do auto de infração ou da reclamação, definindo expressamente os seus efeitos, num caso.

**Art. 40** - Não sendo proferida decisão no prazo legal, nem convertido o julgamento, a instância poderá a parte interpor recurso voluntário, como se fora procedente o auto de infração ou a reclamação cessando, com a interposição do recurso a jurisdição da autoridade de primeira instância.

## **CAPÍTULO X**

### **DO RECURSO**

**Art. 41** - Da decisão de primeira instância caberá recurso ao Secretário Municipal de Administração e Finanças.

**Parágrafo Único** - o recurso do que trata este artigo deverá ser interpostos no prazo (cinco) dias, contados na data de ciência da decisão em primeira instância, pelo autuado, representante ou autuante.

**Art. 42** - O autuado será notificado da decisão de primeira instância:

I - Sempre que possível, pessoalmente mediante entrega de cópia da decisão, contra recibo;

II - Por edital, se desconhecido o domicílio do infrator;

III - Por carta, acompanhada de cópia da decisão com aviso de recebimento dotado e entregue pelo destinatário ou alguém de seu domicílio.

**Art. 43** - O recurso faz-se-á por petição, facultada a juntada de documentos.

**Parágrafo Único** - É vedada em uma só petição, recursos referentes a mais de uma decisão ainda que versarem sobre o mesmo assunto e alcancem o mesmo autuado ou reclamante, quando proferido em um único processo.

**Art. 44** - Nenhum recurso voluntário interpostos pelo autuado será encaminhado, sem depósito de metade da quantia exigida como pagamento de multa, extinguindo-se o direito de recorrer, quando não efetuar o depósito no prazo de 05(cinco) dias contados da ciência da decisão em primeira instância.

## **CAPÍTULO XI**

### **DA EXECUÇÃO DAS DECISÕES**

**Art. 45** - As decisões definitivas serão cumpridas:

I - Pela notificação ao infrator para, no prazo de 05 (cinco) dias, satisfazer ao pagamento do valor da multa e, em consequência, receber a quantia depositada em garantia;

II - Pela notificação ao autoado para vir receber importância recolhida indevidamente em multa;

III - Pela notificação ao infrator para vir receber ou, quando for o caso, pagar no prazo de 05 (cinco) dias a diferença entre o valor da multa e a importância depositada em garantia;

IV - Pela liberação das coisas apreendidas;

V - Pela notificação ao infrator para vir receber no prazo de 05 (cinco) dias, o saldo de multa de que trata o parágrafo 1º do art.38 deste código;

VI - Pela imediata inscrição, como dívida ativa, e remessa de certidão à cobrança de dívida dos débitos a que se referem os números I e III deste artigo.

**LIVRO II**  
**DO PODER DE POLICIA**  
**TÍTULO I**  
**DA HIGIENE PÚBLICA**

**CAPÍTULO I**  
**DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 46** - A fiscalização abrangerá especialmente a higiene e limpeza das vias públicas, bitações particulares e coletivas, da alimentação, incluindo todos os estabelecimentos onde se preparam e vendem bebidas e produtos alimentícios.

**CAPÍTULO II**

**Art. 47** - Para preservar, de maneira geral, a higiene pública, fica proibido:

- I - Manter terrenos com vegetação indevida ou água estocada;
- II - Consentir o escoamento de água servidas na residência para a rua;
- III - Conduzir para a cidade, doentes portadores de doença infecto contagiosa, salvo as devidas precauções de higiene e para fim de tratamento.
- IV - Conduzir, sem as precauções devidas, quaisquer materiais que possam comprometer o assento das vias públicas;
- V - Queimar, mesmo nos próprios quintais, inclusive nos de entidades públicas, lixo ou quaisquer corpos em quantidade capaz de molestar a vizinhança;
- VI - Aterrar com lixo, materiais velhos ou qualquer detrito, terrenos alagados ou não.

**Art. 48** - Os estabelecimentos ou prédios de um modo geral que, pela emissão de poeira, poeira, odores ou ruídos molestos, possam comprometer a salubridade da cidade, deverão ser notificados para, no prazo máximo de 60(sessenta) dias, procederem a correção dos agentes causadores ou, conforme o caso, no prazo fixado pela autoridade.

**Art. 49** - O serviço de limpeza das ruas, praças e logradouros públicos será executado diretamente pela Prefeitura ou por concessão.

**Art. 50** - Os proprietários ou inquilinos podem colaborar na limpeza do passeio e da fronteira aos seus prédios.

§ 1º - É proibido, em qualquer caso, varrer lixo ou detrito sólidos de qualquer rua para os ralos dos logradouros públicos.

**Art. 51** - É proibido fazer varredura do interior dos prédios, dos terrenos e dos passeios para a via pública e bem assim despejar ou atirar papéis, anúncios, reclames sobre o leito dos logradouros públicos.

**Art. 52** - É proibido riscar, colar papéis, pintar inscrições ou escrever disticos nos locais abaixo discriminados:

- I - Árvores de logradouro público;
- II - Estátuas e monumentos;
- III - Grades, parapeitos, viadutos, pontes, canais;
- IV - Postes de iluminação, indicativos de trânsito, caixas do correio e de coleta de lixo, etc.;
- V - Nos passeios e revestimentos de logradouros públicos, e nas escadarias;
- VI - Colunas, paredes, muros, prédios públicos e particulares, mesmo quando de propriedade de pessoas e entidades direta ou indiretamente favorecidas pela publicidade;
- VII - Sobre outras publicidades protegidas por licença municipal, exceto as referentes ao mesmo interessado.

**Art. 53** - É proibido, mesmo licenciado, construir, demolir, reformar, pintar ou limpar as de edificações, produzindo poeira ou carregando líquidos que incomodem os vizinhos ou estes, salve em casos excepcionais, a critério da autoridade.

**Art. 54** - É proibido obstruir, com material de qualquer natureza, sarjetas, valas, e outras passagem de águas pluviais, bem como reduzir sua vazão de tubulações, pontilhões ou dispositivos.

**Art. 55** - É proibido depositar nas vias públicas qualquer material, inclusive entulhos.

**Art. 56** - É proibido lavar ou reparar veículos e equipamentos em vias e logradouros públicos.

**Art. 57** - Fica proibido o estacionamento de veículos sobre passeios e calçadas, no interior do município.

**Art. 58** - Fica o prefeito autorizado a firmar convênios com os governos da união ou estado, através de seus órgãos competentes, para execução de serviços de combate a ratos, baratas, guichamento e outros, enquanto não organizado o seu próprio serviço, ou ainda contratar o de terceiros, mediante concorrência pública.

**Art. 59** - Na infração de qualquer artigo deste capítulo, será imposto multa ponderada no valor de 05 unidade referência de Marechal Floriano - UR.

3 TABELAS

### **CAPÍTULO III DA HIGIENE DAS HABITAÇÕES**

#### **SEÇÃO I DAS RESIDÊNCIAS**

**Art. 60** - As residências do município deverão ser mantidas em perfeito estado de conservação, bem como seus quintais, pátios e terreno. *MULTA*

**Parágrafo Único** - Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, ou terrenos baldios, ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites da cidade.

**Art. 61** - Não é permitido conservar água estagnada nos quintais ou pátios dos imóveis situados no município.

**Parágrafo Único** - As providências para esgotamento das águas estagnadas em locais particulares competem ao proprietário.

**Art. 62** - Os imóveis que possuem aparelho de ar condicionado deverão ter instalado o escoamento da água produzida para não incomodar o transeunte.

#### **SEÇÃO II DO LIXO DOMICILIAR**

**Art. 63** - Cabe a prefeitura a remoção de:

I - Resíduos domiciliares;

II - Materiais de varredura domiciliar;

III - Resíduos originários de restaurantes, bares, hotéis, mercado, abatedouros, oficinas, recinto de exposições, residência em geral e até 100 (cem) litros, os de estabelecimentos comerciais e industriais.

IV - Resíduo originários de estabelecimentos hospitalares, à exceção de:

a) Materiais proveniente de unidades médico - hospitalares de isolamento e de áreas das ou hospitalizando paciente portadores de moléstias infecto-contagiosas, inclusive os restos e varreduras.

b) Qualquer material declarante contaminado ou suspeito, a critério de médico sável;

c) Materiais resultantes de tratamento ou processo que tenham entrado em contacto com pacientes, como curativos, compressas;

d) Restos insignificantes de tecidos e órgão humanos;

V - Animais mortos de pequeno porte;

VI - Resto de limpeza de podaço de jardins desde que caibam em recipientes de até cem ) litros;

**Art. 64 -** Compete ainda a prefeitura:

I - A conservação da limpeza pública na área do município;

II - A raspagem e remoção de terra, areia e material carregado pelas águas pluviais das vias e logradouros públicos;

III - A capinação do leito das ruas e remoção do produto resultante;

**Art. 65 -** O lixo a ser coletado regularmente deverá apresentar-se dentro de um recipiente, com capacidade máxima de 100 (cem litros), ou ainda em, sacos plásticos.

**Parágrafo Único -** A execução dos serviços de limpeza pública e coleta de lixo é de competência da prefeitura, poderá ser realizada por terceiros, observadas as prescrições legais em vigor.

**Art. 66 -** A prefeitura somente será obrigada a receber o lixo em recipientes alinhados nos alinhamentos dos imóveis.

**Parágrafo Único -** A prefeitura cobrará uma taxa cujo o valor encontra-se anexo ao rol tributário, para a remoção de entulhos e podaço de árvores e limpeza de quintal e jardins, quando ultrapassar a 100 (cem) litros.

**Art. 67 -** Não será permitido o uso e a instalação de incineradores nos edifícios ou construções.

**Art. 68 -** As chaminés de qualquer espécie terão altura suficiente para que a fumaça, gases e outros resíduos que possam expelir, não incomodem os vizinhos.

**Art. 69 -** Não será permitida a permanência de cadáver nas habitações coletivas (apartamentos), devendo ser o mesmo removido para necrotério.

**Art. 70 -** Na infração de qualquer artigo deste capítulo, será imposta multa correspondente ao valor de 05 unidades referência do município de Marechal Floriano (UR).

## **CAPÍTULO IV**

### **DA HIGIENE DOS ESTABELECIMENTOS**

#### **SEÇÃO I**

#### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 71 -** Compete a prefeitura exercer, em colaboração com as autoridades sanitárias do Estado da União, severa fiscalização sobre a produção e o comércio de gêneros alimentícios em estabelecimentos e sobre os estabelecimentos prestadores de serviços.

**Art. 72 -** Somente será permitido produzir, transportar, manipular ou expor a venda alimentos que não apresentem sinais de alteração, contaminação ou fraude.

**Art. 73** - A inspeção veterinária dos produtos de origem animal obedecerá aos ditivos da legislação federal e a municipal no que for cabível.

**Parágrafo Único** - Estão isentos de inspeção veterinárias os animais de abate em propriedades rurais e destinados ao consumo doméstico particular dessas propriedades.

**Art. 74** - É proibido dar a consumo de carne de animais que não tenham sido abatidos em matadouros sujeitos à fiscalização.

**Art. 75** - A todo pessoal que exercer função nos estabelecimentos, cujas atividades reguladas neste capítulo, é exigido:

- I** - exame de saúde, renovado anualmente, incluindo a radiografia dos pulmões;
- II** - apresentação aos agentes fiscais de caderneta ou certificado de saúde passado pela autoridade sanitária competente.

**Art. 76** - O não cumprimento das exigências enumeradas no artigo anterior é considerado infração aos dispostos deste código quaisquer que sejam as alegações apresentadas.

**Art. 77** - É vedado às pessoas portadoras de erupções cutâneas exercerem atividades que não estejam reguladas neste capítulo.

**Art. 78** - Os proprietários ou empregados que submetidos à inspeção de saúde, apresentarem qualquer doença infecto-contagiosa, serão afastados do serviço, só retornando após a cura total, devidamente comprovada.

**Art. 79** - Independentemente do exame periódico de que trata o artigo 73 deste código, poderá ser exigida, em qualquer ocasião, inspeção de saúde, desde que se constate a necessidade.

**Art. 80** - É obrigatório o uso de garfos, colheres e pegadores de aço inoxidável para as pessoas que, nos estabelecimentos de gêneros alimentícios, atendam o público.

**Art. 81** - Os estabelecimentos em geral deverão ser mantidos obrigatoriamente, em todo estado de higiene.

**Parágrafo Único** - Sempre que se tornar necessário, a juízo de fiscalização municipal, os estabelecimentos industriais e comerciais deverão ser obrigatoriamente, pintados e reformados.

**Art. 82** - A licença para instalação e funcionamento comercial, industrial com finalidade de produção, transformação, manipulação ou comercialização de gêneros alimentícios (dependente de outras exigências fixadas em leis ou regulamentos), só será concedida se o local destinado à fabricação, manipulação e estocagem e as dependências destinadas ao atendimento do cliente tiverem as paredes revestidas de material impermeável até a altura mínima de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros).

**Art. 83** - Não será permitida a fabricação, exposição ou venda de gêneros alimentícios deteriorados, falsificados, adulterados ou nocivos à saúde.

§ 1º - Quando se verificar qualquer dos casos proibidos pelo presente artigo, os produtos serão apreendidos pela fiscalização municipal e removidos para o local destinado à fiscalização dos mesmos.

§ 2º - A inutilização dos gêneros não eximirá o estabelecimento comercial das demais responsabilidades que possa sofrer em virtude da infração além de que se dará conhecimento da ocorrência aos órgãos estaduais ou federais para as necessárias providências.

§ 3º - A reincidência na prática das infrações previstas neste artigo, determinará a suspensão da licença para o funcionamento do estabelecimento comercial ou industrial.

**Art. 84** - Toda a água que tenha de servir na manipulação ou preparo de gêneros alimentícios, desde que não provenha do abastecimento público, deve ser comprovadamente pura, sob o ponto de vista químico, bacteriológico, obedecendo os padrões de potabilidade estabelecida no seu estado natural ou após o tratamento.

**Art. 85** - O gelo destinado ao uso alimentar deverá ser fabricado com água potável livre de qualquer contaminação.

**Art. 86** - Os estabelecimentos deverão ser imunizados a juízo das autoridades fiscais.

**Parágrafo Único** - A obrigatoriedade de imunização de que trata este artigo se aplica às casas de divertimentos públicos, templos religiosos, entidades, escolas, hotéis, bares, restaurantes e outros que, a juízo da autoridade fiscal, necessitem de tal providência.

**Art. 87** - Todo estabelecimento, após a imunização, deverá afixar em local visível ao público, um comprovante onde conste a data em que foi realizada, reservando-se espaço para o visto das autoridades fiscais.

**Art. 88** - Os vestiários e os sanitários dos estabelecimentos deverão ser mantidos em todo o tempo em estado de higiene.

**Art. 89** - Os vestiários e os sanitários, devem ser instalados separadamente para cada estabelecimento não sendo permitido que se deposite neles, qualquer material estranho às suas finalidades.

**Parágrafo Único** - É obrigatória a existência de tampa de material lavável nos vasos sanitários, assim como o uso de bactericidas e desinfetantes nos vasos, tampas e mictórios.

**Art. 90** - É vedada a criação de animais nos estabelecimentos comerciais, industriais ou de prestação de serviços, quer estejam os animais livres ou em cativeiros, excetuados os animais destinados à vendas, respeitadas as disposições deste Código e da Legislação Federal referente ao assunto.

**Art. 91** - Na infração de qualquer artigo desta seção será imposta a multa correspondente a 10 unidades de referência de Marechal Floriano (UR).

## SEÇÃO II

### DA HIGIENE DOS PRODUTOS EXPOSTOS À VENDA

**Art. 92** - Os produtos que possam ser ingeridos sem cozimento, colocados à venda a varejo, os doces, pães, biscoitos e produtos congêneres deverão ser expostos em vitrines ou balcões protegidos contra a contaminação por impurezas e insetos.

**Art. 93** - As farinhas deverão ser conservadas obrigatoriamente, em latas, caixas ou recipientes fechados.

**Parágrafo Único** - As farinhas de mandioca, milho e trigo, destinadas à venda ou consumo próprio do estabelecimento, poderão ser conservados em sacos apropriados desde que acondicionados em estrado com altura de 30 cm (trinta centímetros).

**Art. 94** - No caso específico de pastelaria, confeitaria ou padaria, o pessoal que serve ao público deve pegar doces, frios e outros produtos com colheres ou pegadores apropriados.

**Art. 95** - Os salames, salsichas e produtos similares serão expostos à venda, acondicionados em ganchos de metal polido ou estanho, ou colocados em vitrines apropriadas, ou acondicionados em embalagens adequadas, observados, rigorosamente os preceitos de higiene.

**Art. 96** - As máquinas cortadoras de frios deverão ser mantidas em vitrines ou com pano ou plástico de cor branca limpo, quando não em uso.

**Art. 97** - Os inseticidas, detergentes, ceras, removedores e congêneres deverão ser mantidos distantes dos produtos destinados à alimentação em geral.

**Art. 98** - Em relação às frutas e legumes expostos à venda, deverão serem colocados em prateleiras, tabuleiros ou prateleiras limpas e não estarem deterioradas.

**Parágrafo Único** - É vedada a utilização, para qualquer outro fim, dos depósitos de produtos hortifrutigranjeiros.

**Art. 99** - Na infração de qualquer artigo desta seção, será imposta a multa de 10 Unidade de Referência de Marechal Floriano (UR).

### *SEÇÃO III*

#### *DA HIGIENE DOS AÇOUQUES E DAS PEIXARIAS*

**Art. 100** - Os açougues e peixarias deverão atender às seguintes especificações para instalações e funcionamento:

- I** - Serem dotados de torneiras e de pias apropriadas;
- II** - Terem balcões com tampo de material impermeável;
- III** - Terem câmaras frigoríficas ou refrigeradores com capacidades proporcionais às necessidades;
- IV** - Utilizar utensílios de manipulação, instrumentos e ferramentas de cortes feitos em material inoxidável, bem como mantidos em rigoroso estado de limpeza;
- V** - Terem luz artificial incandescente ou fluorescente, não sendo permitida, qualquer outra finalidade, a existência de lâmpadas coloridas;
- VI** - Instalar vitrinas, com molduras em aço inoxidável ou metal niquelado onde será exposta a mercadoria à venda.

**Art. 101** - Nos açougues só poderão entrar carnes provenientes dos matadouros devidamente licenciados, regularmente inspecionados e carimbados e quando conduzidos em veículos apropriados.

**Art. 102** - Os sebos e outros resíduos de aproveitamento industrial deverão ser, devidamente, mantidos em recipientes vedados.

**Art. 103** - Nos açougues e nas peixarias não serão permitidos móveis de madeira, revestimento impermeável.

**Art. 104** - Na sala de talho dos açougues e das peixarias, não será permitido a instalação de qualquer outro ramo de negócio de especialidade que lhes corresponde.

**Art. 105** - Os açougueiros e peixeiros são obrigados a observar as seguintes regras de higiene:

- I** - Manter o estabelecimento em completo estado de asseio e higiene;
- II** - Usar sempre aventais e gorros brancos.

**Art. 106** - O serviço de transporte de carne e peixes para os açougues, peixarias ou mercados congêneres só poderá ser feito em veículos apropriados, fechados e com aberturas para ventilação.

**Art. 107** - Na infração de qualquer artigo desta seção, será imposta a multa no valor de 10 Unidades de Referência de Marechal Floriano (UR).

**Parágrafo Único** - Havendo reincidência dentro do prazo de um ano, cassar-se-á o direito de licença.

#### SEÇÃO IV

### **DA HIGIENE DOS HOTÉIS, PENSÕES, RESTAURANTES, CASAS DE LANCHES, CAFÉS, PADARIAS, CONFEITARIAS E ESTABELECIMENTOS CONGÊNERES**

**Art. 108** - Os hotéis, pensões, restaurantes, casas de lanches, cafés, padarias, confeitarias e estabelecimentos congêneres deverão observar as seguintes prescrições:

**I** - A lavagem de louças e talheres far-se-á em água corrente, não sendo permitida, sob qualquer hipótese, a lavagem em baldes, tonéis ou vasilhames;

**II** - A higienização de louças e talheres deverá ser feita em esterilizadores ou com produtos químicos adequados;

**III** - A louça e os talheres deverão ser guardados em armários com portas, ventilados, não podendo ficar expostos à poeira e insetos.

**IV** - Os guardanapos e toalhas serão de uso individual;

**V** - Os alimentos não poderão ficar expostos e deverão ser colocados em balcões protegidos;

**VI** - Os açucareiros serão do tipo que permita a retirada fácil do açúcar, não sendo permitidas aderências de açúcar ou de quaisquer outras substâncias;

**VII** - As cozinhas, copas e despensas deverão ser conservadas em perfeitas condições de higiene;

**VIII** - A existência de sanitários para ambos os sexos não sendo permitida entrada de terceiros;

**IX** - Os utensílios de cozinha, os copos, as louças, os talheres, xícaras e pratos deverão estar sempre em perfeitas condições de uso. Será apreendida e inutilizada imediatamente, a peça que estiver danificada, lascado ou trincado.

**X** - Os estabelecimentos a que se refere este artigo, são obrigados a manter seus empregados ou garçons limpos, convenientemente trajados, de preferência uniformizados.

**Art. 109** - Na infração de qualquer artigo desta seção, será imposta multa correspondente a 10 Unidades de Referência de Marechal Floriano (UR).

#### SEÇÃO V

### **DOS SALÕES E BARBEIROS, CABELEIREIROS E ESTABELECIMENTOS CONGÊNERES**

**Art. 110** - Nos salões de barbeiro, cabeleireiros e estabelecimentos congêneres, é obrigatório o uso de toalhas e golias individuais.

**Parágrafo Único** - Durante o trabalho, os oficiais ou empregados deverão usar jaleco obrigatoriamente limpos.

**Art. 111** - As toalhas ou panos que recobrem a encosta da cabeça das cadeiras, não serão usadas uma só vez para cada atendimento.

**Art. 112** - Os instrumentos de trabalho, logo após a sua utilização, deverão ser lavados em solução anti-séptica e lavados em água corrente.

**Art. 113** - Na infração de qualquer artigo desta Seção, será imposta multa pondente 10 Unidade de Referência de Marechal Floriano (UR).

## SEÇÃO VI

### DA HIGIENE DOS HOSPITAIS, CASAS DE SAÚDE E MATERNIDADE

**Art. 114** - Nos hospitais, casas de saúde e maternidade além das disposições deste que lhes forem aplicáveis, é obrigatória:

- I - A existência de depósito para roupa servida;
- II - A existência de uma lavanderia a água quente, com instalação completa de aquecimento;
- III - A esterilização de louças, talheres e utensílios diversos;
- IV - A desinfecção de colchões, travesseiros e cobertores;
- V - A manutenção da cozinha, copa e despensa devidamente asseados e em condições de completa higiene;
- VI - Serviços diários de limpeza e lavagem de paredes e pisos das salas, corredores e áreas de circulação em geral;
- VII - Desinfecção de quartos após a saída de doentes portadores de moléstia infecciosas;
- VIII - Dependências individuais ou enfermarias exclusivas para isolamento de doentes suspeitos de serem portadores de doenças infecto-contagiosas.

**Art. 115** - Na infração de qualquer inciso deste artigo, será imposta multa pondente a 10 UR ( Unidade Referência de Marechal Floriano ).

## CAPÍTULO V

### DO CONTROLE DA POLUIÇÃO AMBIENTAL

**Art. 116** - É proibido qualquer alteração das propriedades físicas, químicas ou biológicas do meio ambiente: solo, água e ar causada por substância sólida, líquida, gasosa, ou em qualquer estado de matéria que direta ou indiretamente:

- I - Crie ou possa criar condições nocivas ou ofensivas à saúde, à segurança e ao bem público;
- II - Prejudique a fauna e a flora;
- III - Contenha óleo, graxa e lixo;
- IV - Prejudique o uso do meio ambiente para fins domésticos, agropecuários, recreativos e de outros fins úteis ou que afetem a sua estética;

**Art. 117** - Os esgotos domésticos, ou resíduos líquidos de indústrias, ou resíduos sólidos domésticos e industriais só poderão ser lançados direta ou indiretamente nas águas inferiores desde que não se tornarem poluídas conforme no disposto do artigo 114, deste Código.

**Art. 118** - As proibições estabelecidas nos artigos 114 , aplica-se à água superficial absoluto e ao lado de propriedade pública ou uso comum.

**Art. 119** - A prefeitura desenvolverá ação no sentido de:

**I** - Adotar medidas corretivas das instalações capazes de poluir o meio ambiente, de com as exigências deste Código;

**II** - Controlar as novas fontes de poluição ambiental;

**III** - Controlar a poluição através de análise, estudos e levantamentos das características do solo, das águas e do ar.

**Art. 120** - As autoridades incumbidas da fiscalização ou inspeção para fins de controle de poluição ambiental, terão livre acesso, a qualquer dia e hora, às instalações industriais, comerciais, agropecuárias ou outras particulares ou públicas, capazes de poluir o meio ambiente.

\* **Art. 121** - Para a instalação, construção, reconstrução, reforma, conversão, ampliação de estabelecimentos industriais, agropecuários e de prestação de serviços, é obrigatória a aprovação ao órgão competente.

**Art. 122** - O Município poderá celebrar convênios com órgãos públicos federais ou estaduais para a execução de tarefas que objetivem o controle da poluição do meio ambiente e dos estabelecimentos para a sua proteção.

**Art. 123** - A prefeitura, poderá sempre que necessário, contratar especialistas para a execução de tarefas que visem à proteção do meio ambiente contra os efeitos de poluição, inclusive a fiscalização por ruídos.

**Art. 124** - Na infração de dispositivos deste capítulo serão aplicadas as seguintes penalidades:

**I** - Multa correspondente ao valor de 10 Unidades Referência de Marechal Floriano

**II** - Interdição da atividade causadora da poluição.

## **TÍTULO II**

### **DA POLÍCIA DE COSTUMES, SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA**

#### **CAPÍTULO I**

##### **DA TRANQUILIDADE PÚBLICA**

**Art. 125** - A prefeitura exercerá, em cooperação com os poderes do Estado, as funções de polícia de sua competência, estabelecendo as medidas preventivas e repressivas no sentido de garantir a ordem, a moralidade e a segurança pública.

**Art. 126** - A prefeitura poderá negar ou cessar licença para o funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais, casas de diversões e similares, que forem danosos à saúde, aos costumes ou a segurança pública.

**Art. 127** - Os proprietários de estabelecimentos comerciais em que se vendam bebidas alcoólicas serão responsáveis pela boa ordem dos mesmos.

**Parágrafo Único** - As desordens, porventura verificadas nos referidos estabelecimentos, sujeitarão os proprietários a multa, podendo ser cassada sua licença.

**Art. 128** - É expressamente proibido, sob pena de multa:

**I** - Perturbar o sossego público com ruídos ou sons excessivos, evitáveis, tais como:

- a) os motores de explosão desprovidos de silenciadores ou com estes em mau estado de funcionamento;
- b) os de buzinas, campainhas ou quaisquer outros aparelhos;
- c) a propaganda realizada com banda de música, tambores, cornetas, fanfarras e altos, sem prévia licença da Prefeitura;
- d) os produzidos por causa do jogo;
- e) os de morteiros, bombas e demais fogos ruidosos, sem licença da Prefeitura;
- f) apitos ou silvos de sirene de fábrica ou outros estabelecimentos, por mais de trinta minutos ou depois de vinte e duas horas.

**II** - Executar qualquer trabalho ou serviço que produza ruídos antes das sete horas e depois das vinte e duas horas, nas proximidades de hospitais, escolas, asilos e casas residenciais.

**III** - Promover batuques e outros divertimentos congêneres, sem licença das autoridades municipais. Não se compreende nesta vedação os bailes e reuniões familiares.

**Parágrafo Único** - Excetuam das proibições deste artigo os apitos das rondas e das patrulhas policiais, os timpários, sinetas ou sirenes dos veículos de assistência, corpo de bombeiros e quando em serviço.

**Art. 129** - Não será tolerada a mendicância, devendo os mendigos serem recolhidos e encaminhados a lugares apropriados.

**Art. 130** - Só poderão ser asilados no município os mendigos que provarem residir há mais de um ano.

**Parágrafo Único** - Ocorrendo hipótese contrária, o mendigo será reconduzido à sede de origem ou de sua naturalidade ou de onde haja procedido.

## **CAPÍTULO II**

### **DO TRÂNSITO PÚBLICO**

**Art. 131** - É proibido embarçar ou impedir por qualquer modo, o livre trânsito nas ruas e caminhos públicos, bem como nas ruas, praças e passeios do Município.

**Art. 132** - Tratando-se de materiais cuja descarga não possa ser feita diretamente no interior dos prédios, será tolerada a descarga e permanência na via pública, de modo a não obstar o trânsito, após às 20 horas e até às 07 horas do dia seguinte.

**Art. 133** - Não será permitida a preparação de reboco ou argamassa na via pública. A possibilidade de fazê-lo no interior do prédio ou terreno, só poderá ser utilizada a metade da largura do passeio, utilizando-se a masseira, mediante licença.

**Art. 134** - É absolutamente proibido nas ruas da cidade:

- I** - Conduzir veículos de tração animal, permitidos estes apenas nos bairros;
- II** - Conduzir animais sem a necessária precaução de segurança pública;
- III** - Conservar animais sobre passeios e praças;
- IV** - Transportar arrastando, madeira, forragens ou qualquer outro material;
- V** - Armar qualquer barraca, palanque, quiosque ou banca sem prévia licença da Prefeitura;
- VI** - Atirar na via pública ou logradouros, das janelas dos edifícios, corpos ou objetos que possam incomodar os transeuntes.

**Art. 135** - É proibido danificar ou retirar sinais colocados nas vias, estradas ou os públicos, para advertência de perigo, trânsito ou indicação de logradouro.

**Art. 136** - Assiste à Prefeitura o direito de impedir o trânsito de qualquer veículo ou o transporte que possa ocasionar danos à via pública.

**Art. 137** - É proibido embaraçar o trânsito ou molestar os pedestres por tais meios,

**I** - Conduzir pelos passeios, volumes de grande porte e veículo de qualquer espécie;

**II** - Patinar a não ser nos logradouros a isso destinados;

**III** - Amarrar animais ou objetos em postes, árvores, grades ou portas;

**IV** - Colocar vasos de plantas ou assemelhados nos peitoris das janelas do edifício ou de um pavimento, construído no alinhamento dos logradouros;

**V** - Varais de roupas nas fachadas dos prédios e edifícios;

**Parágrafo Único** - Excetuam-se ao item I, carrinhos de crianças, de paralíticos, e bicicletas de uso infantil, nas ruas de pequeno movimento e nas praças.

### *CAPÍTULO III*

## **DOS DIVERTIMENTOS PÚBLICOS**

### *SEÇÃO I*

**Art. 138** - Divertimentos públicos, para efeito deste Código, são os que realizam nas ruas ou em recintos fechados de livre acesso ao público.

**Art. 139** - Nenhum divertimento público poderá ser realizado sem prévia licença da Prefeitura.

**Parágrafo Único** - O funcionamento de qualquer casa de diversão dependerá de:

**I** - Habite-se do imóvel;

**II** - Alvará da saúde pública, para teatros e cinemas;

**III** - Alvará do corpo de bombeiros;

**IV** - Autorização da polícia, nos casos exigidos.

**Art. 140** - Não serão fornecidas licenças para a realização de jogos ou diversões em locais compreendidos em área formada por um raio de cem metros de hospitais, casas de maternidade.

### *SEÇÃO II*

## **DOS REQUISITOS PARA FUNCIONAMENTO DAS CASAS DE DIVERSÃO**

**Art. 141** - Em toda casa de diversão pública serão observadas as seguintes condições, além de outras exigidas em legislação própria:

**I** - A sala de entrada dos espetáculos e os gabinetes sanitários deverão permanecer constantemente limpos;

**II** - As portas e os corredores para o exterior serão amplos, sempre livres de grades, ou quaisquer objetos que possam dificultar a retirada rápida do público em caso de emergência;

- III - Haverá instalações de gabinetes sanitários independentes para homens e  
is;
- IV - As instalações de incêndio deverão ser mensalmente testadas, sendo obrigatória  
de extintores em locais visíveis e de fácil acesso;
- V - Bebedouro automático de água filtrada em perfeito estado de funcionamento;
- VI - Durante o espetáculo as portas deverão conservar-se abertas, vedadas apenas  
rtinas;
- VII - Deverão ser periodicamente pulverizados com inseticidas de uso aprovado para  
mano;
- VIII - O mobiliário deverá ser mantido em perfeito estado de conservação.
- Parágrafo Único** - É proibido aos espectadores, assistir aos espetáculos de chapéu à  
ou fumar no local das funções.

### *SUB SEÇÃO I*

#### **DOS CINEMAS**

**Art. 142** - Para funcionamento de cinemas serão ainda observadas as seguintes  
ções:

- I - Só poderão funcionar em pavimento térreo;
- II - Os aparelhos de projeção ficarão em cabinas de fácil saída, construídas de  
is incombustíveis;

### *SUB SEÇÃO II*

#### **DOS CIRCOS**

**Art. 143** - A armação de circos de lona ou parques de diversões depende de licença  
feitura.

§ 1º - A autorização para funcionamento dos estabelecimentos de que trata este artigo  
derá ser por prazo superior a 30 (trinta) dias.

§ 2º - Ao conceder a autorização poderá a Prefeitura estabelecer as restrições que  
convenientes, no sentido de assegurar a ordem e a moralidade dos divertimentos e o sossêgo  
nhança.

§ 3º - Poderá a Prefeitura, atendendo a interesse público, não renovar licença de  
namento de circos ou parques de diversões.

§ 4º - Os circos e parques de diversões, embora licenciados, só poderão funcionar  
inspeção pela autoridade do Município.

### *SUB SEÇÃO III*

#### **DOS DANCINGS, BAILES PÚBLICOS E FESTEJOS CARNAVALESCOS**

**Art. 144** - Na localização de "dancings" ou estabelecimentos de diversões noturnar a  
tura terá sempre em vista o sossêgo e o decoro da população.

**Art. 145** - Os espetáculos, bailes ou festas de caráter público dependem, para  
ar-se de prévia licença da Prefeitura.

**Art. 146** - É proibido, durante os festejos carnavalescos, apresentar-se com fantasias ou atirar qualquer substância que possa molestar os transeuntes.

**Parágrafo Único** - Fora do período destinado aos festejos carnavalescos, a ninguém é permitido apresentar-se mascarado, salvo com licença especial das autoridades.

#### *CAPÍTULO IV*

#### **DOS LOCAIS DE CULTO**

**Art. 147** - As igrejas, templos e casas de culto são locais considerados sagrados, sendo proibida qualquer algazarra em seu interior ou exterior, que venha perturbar a boa ordem dos atos ali desenvolvidos.

**Art. 148** - As igrejas, templos e casas de culto não poderão ter maior número de pessoas, nos seus ofícios, do que a lotação comportada em suas instalações, devendo ser mantidos limpos, iluminados e arejados.


#### *CAPÍTULO V*

#### **DAS MEDIDAS REFERENTES AOS ANIMAIS**

**Art. 149** - É proibida a permanência de animais na via pública.

**Art. 150** - Os animais encontrados na via pública serão recolhidos ao depósito da Prefeitura.

**Art. 151** - O animal recolhido será retirado no prazo máximo de sete dias, mediante o pagamento da multa e da taxa de manutenção respectiva, pelo seu dono.

 **Art. 152** - É proibido a criação ou engorda de porcos no perímetro urbano.

**Parágrafo Único** - Aos proprietários de áreas atualmente existentes na Sede Municipal, fica marcado o prazo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação deste Código, para a remoção dos animais.

**Art. 153** - É igualmente proibido, no perímetro urbano, a permanência de qualquer espécie animal.

**Art. 154** - Os cães que forem encontrados soltos nas vias públicas da cidade e vilas, serão apreendidos e recolhidos ao depósito da Prefeitura.

**Parágrafo Único** - O animal será sacrificado ou levado a instituições de pesquisas se não for retirado por seu dono, dentro de três dias, mediante o pagamento de multa e das taxas respectivas.

**Art. 155** - Os proprietários de cães, são obrigados a vaciná-los contra raiva, na periodicidade determinada pela prefeitura.

**Art. 156** - Os cães hidrófobos (raivosos) de moléstias transmissíveis encontrados nas vias públicas ou recolhidos na residência de seus proprietários, serão imediatamente sacrificados e enterrados.

**Art. 157** - Os cães poderão andar na via pública desde que em companhia de seu responsável, respondendo estes pelas perdas e danos que o animal causar a terceiros.

**Art. 158** - Não será permitida a passagem ou estabelecimento de tropas e/ou animais domésticos na cidade, exceto em logradouros para isso designados.

**Art. 159** - É proibido amarrar animais em cercas, muros, grades ou árvores das vias públicas.

**Art. 160** - É proibido domar ou adestrar animais nas vias públicas.

**Art. 161** - É expressamente proibido:

**I** - Criar abelhas nos locais de maior concentração urbana;

**II** - Criar animais como porcos, coelhos, perus, galinhas, patos e outro pela cauda;

**III** - Criar pombos nos forros das casas residenciais.

**Art. 162** - É expressamente proibido a qualquer pessoa maltratar os animais ou cometer ato de crueldade contra os mesmos, tais como:

**I** - Transportar, nos veículos de tração animal, carga ou passageiros de peso superior às forças;

**II** - Transportar animais amarrados à traseira de veículos atados um ao outro pela cauda;

**III** - Abandonar, em qualquer ponto, animais doentes, extremados ou feridos;

**IV** - Reunir animais em depósito insuficiente e sem água, ar, luz e alimentos.

**Art. 163** - Na infração de qualquer artigo deste capítulo, será imposta multa de 05 (cinco) vezes a Unidade Referencial de Maréchal Floriano (UR), sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

## *CAPÍTULO VI*

### **DA EXTINÇÃO DE INSETOS NOCIVOS**

**Art. 164** - Todo proprietário ou inquilino de casa, sítio, chácara e terrenos, cultivados dentro dos limites do Município é obrigado a extinguir os formigueiros existentes dentro de sua propriedade.

**Art. 165** - Verificada, pelos fiscais da Prefeitura a existência de formigueiros, será enviada intimação ao proprietário do terreno onde os mesmos estiverem localizados, marcando-se o prazo de cinco dias para se proceder seu extermínio.

**Art. 166** - Se, no prazo fixado, não for extinto o formigueiro, a Prefeitura incumbir-se-á de fazê-lo, cobrando do proprietário as despesas que efetuar, acrescidas de 20% (vinte por cento), pelo trabalho de administração, além da multa de 05 (cinco) vezes a Unidade Referencial de Maréchal Floriano (UR).

## CAPÍTULO VII

### DO EMPACHAMENTO NAS VIAS PÚBLICAS

#### SEÇÃO I

#### DAS OBRAS NA VIA PÚBLICA

##### SUB SEÇÃO I

#### DOS PASSEIOS, DAS MURALHAS DE SUSTENTAÇÃO DOS EDIFÍCIOS EM CONSTRUÇÃO OU DEMOLIÇÃO

**Art. 167** - Os terrenos não construídos com frente para logradouro público, serão obrigatoriamente murados e dotados de passeio em toda a extensão da testada e fachadas no alinhamento existente ou projetado.

§1º - As exigências do presente artigo, são extensivas aos lotes situados em ruas com guias e sarjetas.

§2º - Compete ao proprietário do imóvel a construção e conservação dos muros e passeios, assim como do gramado dos passeios e ajardinados.

§3º - Tratando-se de condomínio, a responsabilidade de que trata o parágrafo anterior, será do seu representante legal.

**Art. 168** - A Prefeitura poderá determinar os tipos dos passeios e muros e as condições que devem ser obedecidas nos terrenos situados na zona urbana do Município.

§1º - Os passeios não poderão ser feitos de material lizo ou derrapante.

§2º - No caso de serem os passeios feitos de argamassa, de cimento, deverão apresentar superfície áspera.

§3º - Diante dos portões de acesso para veículos, não serão permitidos muros ou barreiras de qualquer espécie, salve uma faixa longitudinal, de 0,60 (sessenta centímetros) de largura, junto às guias rebaixadas.

§4º - As canalizações para escoamento das águas pluviais e outras, passarão sob os muros.

§5º - Os muros, na zona central e na zona especial de residência, quando constituírem o alinhamento de terrenos não edificados, terão a altura mínima de 1,80 (um metro e oitenta centímetros) e máxima de 2,5m (dois metros e cinquenta centímetros).

**Art. 169** - Ficarà a cargo da Prefeitura a reconstrução ou conserto de muros ou passeios afetados por alterações do nivelamento e das guias ou por estragos ocasionados pela utilização das vias públicas.

**Parágrafo Único** - Competirá também a Prefeitura, o conserto necessário decorrente da utilização do alinhamento das guias ou das ruas.

**Art. 170** - Ao serem intimados pela Prefeitura a executar o fechamento, a limpeza de terrenos e outras obras necessárias, os proprietários que não atenderem à intimação, ficarão sujeitos à multa correspondente ao pagamento do custo dos serviços feitos pela municipalidade, acrescida de 40% (quarenta por cento), como adicionais relativos à administração.

**Art. 171** - Sempre que o nível de qualquer terreno edificado ou não, for superior ao do logradouro em que o mesmo se situa, a Prefeitura exigirá obrigatoriamente do proprietário, a construção de muralhas de sustentação ou de revestimento de terra, além de canal interno, em toda a largura, para receber as águas pluviais, assim como, junto aos portões, deverá o canal estar no nível de grade para recebê-las, impedindo-se desaguamento nos passeios públicos. Esta exigência aplica-se a todo e qualquer logradouro dotado de guias e ou passeios.

§1º - A exigência estabelecida no presente artigo, é extensiva aos casos de dade de construção de muralhas de arrimo no interior dos terrenos e nas divisas com os vizinhos, quando as terras ameaçarem pondo em risco construções ou benfeitorias por existentes no próprio terreno ou nos terrenos vizinhos.

§2º - O ônus da construção de muralhas ou obras de sustentação, caberá ao proprietário onde forem executados escavações ou quaisquer obras que tenham modificado as condições de estabilidade anteriormente existentes.

§3º - A Prefeitura deverá exigir do proprietário do terreno, edificado ou não, a instalação de sarjetas ou drenos para desvios de águas pluviais, ou de infiltrações que causem danos ou prejuízos ao logradouro público ou aos proprietários vizinhos.

## *SUB SEÇÃO II*

### **DOS MUROS E CERCAS**

**Art. 172** - Os proprietários de terrenos são obrigados a murá-los ou cercá-los dentro dos limites fixados pela Prefeitura.

**Art. 173** - São comuns os muros e cercas divisórias entre propriedades urbanas e rurais, devendo os proprietários dos imóveis confinantes concorrerem em partes iguais para as despesas de sua construção e conservação, na forma do artigo 588 de Código Civil.

**Art. 174** - Os terrenos da zona urbana serão fechados com muro ou grades de ferro, devendo ter altura mínima de 1,80m (um metro e oitenta centímetros) nos casos de terreno baldio.

**Art. 175** - Fica proibida a construção de cerca com arame farpado e muros encimados com telhas de vidro, exceto na zona rural.

## *SUB SEÇÃO III*

### **DOS TAPUMES E ANDAIMES**

**Art. 176** - Nenhuma obra, inclusive demolição, quando feitas no alinhamento das vias públicas, poderão dispensar o tapume provisório, que deverá ocupar uma faixa de até meio e em alguns casos especiais, um terço da largura da calçada, mediante autorização do órgão competente.

§1º - Aplica-se a mesma proporção estabelecida neste artigo à largura dos prédios vizinhos, fazendo-se a medida a partir da sobreira do prédio recuado.

§2º - Quando os tapumes foram construídos em esquinas, as placas de nomenclaturas dos logradouros serão nele afixados de forma bem visível.

§3º - Dispensa-se o tapume quando se tratar de:

I - Construção ou reparos de muros ou grades com altura não superior a dois metros;

II - Pinturas ou pequenos reparos.

**Art. 177** - Os andaimes deverão satisfazer às seguintes condições:

I - Apresentarem perfeitas condições de segurança;

II - Terem a largura do passeio, até o máximo de 2m (dois metros) e providos de guarda-corpo de proteção contra a queda de objeto na via pública;

III - Não causar danos às árvores, aparelhos de iluminação e redes telegráficas e de distribuição de energia elétrica.

**Parágrafo Único** - Os andaimes deverão ser retirados quando ocorrer a paralização da obra por mais de sessenta dias.

#### *SUB SEÇÃO IV*

### **DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS**

**Art. 178** - Os materiais a serem empregados nas instalações elétricas deverão ser às especificações das normas correspondentes da Associação Brasileira de Normas, e às especificações das empresa concessionária dos serviços de distribuição de energia do Município de Marechal Floriano.

**Art. 179** - As instalações elétricas só poderão ser projetadas e executadas por legalmente habilitados, através de carteira profissional de registro de Conselho Regional de Arquitetura (CREA).

**Art. 180** - As instalações elétricas com motores, transformadores, cabos condutores, e ser protegidos de modo a evitar qualquer acidente.

**Art. 181** - Quando as instalações elétricas forem de alta tensão, deverão ser tomadas as especiais como isolamento dos locais, quando necessário, e afiação de indicações bem e claras chamando a atenção das pessoas para o perigo a que se acham expostos.

**Art. 182** - Os hospitais, clínicas, pronto-socorro, deverão ser providos, depois do geral, de três instalações de iluminação independente:

**I** - Iluminação permanente, abrangendo as luzes conservadas durante todo o período funcionamento do estabelecimento, nas portas de saída, corredores, passagem, escadas, sanitários e compartimentos;

**II** - Iluminação de socorro, contendo unicamente as luzes de emergência e lâmpadas de "saída", iluminando passagens, escadas e semelhantes.

**Art. 183** - As instalações elétricas para iluminação decorativas permanentes que usam incandescentes ou tubos luminescentes em cartazes, anúncios e emblemas de qualquer natureza, deverão observar as prescrições especiais da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

§ 1º A montagem de lâmpadas e de outros pertencentes em cartazes, anúncios, e semelhantes, deverá ser feita sobre estrutura metálica ou base incombustível isolante, e ser protegida contra erosão e perfeitamente ligada à terra.

§ 2º Os circuitos deverão ser feitos em eletrodutos.

§ 3º Quando os eletrodutos rígidos forem localizados na parte externa dos edifícios, os condutores no seu interior deverão possuir encapamento de material isolante.

§ 4º Qualquer que seja sua carga, toda iluminação decorativa deverá ser alimentada por circuitos especiais, com chaves de segurança montada em quadro próprio em local de fácil acesso.

§ 5º Quando não forem instalados em compartimentos especiais, os aparelhos destinados a produzir diversos efeitos de manutenções em cartazes, anúncios ou emblema, deverão ser protegidos por caixas de ferro devidamente ventilada e ligados à terra.

**Art. 184** - Nas iluminações decorativas temporárias, poderá ser consentido o uso de bases de madeira para montagem de receptores de lâmpadas, tomadas de correntes ou interruptores.

## SEÇÃO II

### DA ARBORIZAÇÃO E AJARDINAMENTO NA VIA PÚBLICA

**Art. 185** - O ajardinamento e arborização das praças e vias públicas serão atribuições da Prefeitura.

**Parágrafo Único** - Nos logradouros abertos por particulares com licença da Prefeitura, é facultado aos interessados promover e custear a respectiva arborização.

**Art. 186** - É proibida podar, cortar, derrubar árvores da arborização pública sem o consentimento expresso da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

**Art. 187** - Nas árvores dos logradouros públicos não será permitido a colocação de placas, anúncios, nem a fixação de cabos e fios, sem prévia autorização da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

## SEÇÃO III

### DOS POSTES, CAIXAS, APARELHO E SUPORTE DE SERVENTIA PÚBLICA

**Art. 188** - Os postes telegráficos, de iluminação e força as caixas postais e telefônicas, somente poderão ser instalados mediante prévia aprovação da Prefeitura, que indicará os locais e o plano de urbanização.

**Art. 189** - As colunas e suportes de anúncios, as caixas de papéis usados, os bancos e bancos de logradouros públicos somente poderão ser instalados mediante licença da Prefeitura.

## SEÇÃO IV

### DOS PALANQUES NA VIA PÚBLICA

**Art. 190** - Poderão ser armados coretos ou palanques provisórios nos logradouros públicos, para comícios políticos, festividades religiosas e cívicas ou de caráter popular, desde que observadas as condições seguintes:

- I - Serem aprovados pela Prefeitura quanto à sua localização;
- II - Não perturbarem o trânsito público;
- III - Não prejudicarem o calçamento nem o escoamento das águas pluviais, correndo a responsabilidade dos responsáveis pelas festividades os estragos por acaso verificados;
- IV - Serem removidos no prazo máximo de vinte e quatro horas a contar do término dos festejos.

## SEÇÃO V

### DAS BANCAS DE JORNAIS E REVISTAS

**Art. 191** - As bancas para venda de jornais e revistas poderão ser permitidas nos logradouros públicos desde que aprovada previamente sua localização:

- I - Serem devidamente licenciados, após o pagamento das respectivas taxas;
- II - Ocuparem exclusivamente os lugares que lhes forem destinados;
- III - Ser metálica, de tipo aprovado pela Prefeitura;
- IV - Ser de fácil remoção;
- V - Ser permanentemente pintadas, preservando o seu aspecto;
- VI - Não possuir como acessório caixas ou bancos de madeira;

## SEÇÃO VI

### DA OCUPAÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS

**Art. 192** - A ocupação de vias com mesas e cadeiras ou outros objetos, será permitida quando forem satisfeitos os seguintes requisitos:

- I** - Ocuparem apenas a parte do passeio, correspondente a testada do edificação para o qual foram licenciados;
- II** - Deixarem para trânsito público, uma faixa de passeio de largura não inferior a 2m (dois metros);
- III** - Distanciarem as mesas no mínimo 1,50 (um metro e cinquenta centímetros) entre si.

**Parágrafo Único** - O pedido de licença deverá ser acompanhado de uma planta do edificação, indicando a testada, a largura do passeio, o número e disposições das mesas e cadeiras.

## SEÇÃO VII

### DOS SERVIÇOS EXECUTADOS NAS VIAS PÚBLICAS

**Art. 193** - Nenhum serviço ou obra que exija o levantamento do calçamento ou escavação no leito das vias públicas, poderá ser executado por particulares ou empresas sem prévia licença da Prefeitura.

§ 1º A recomposição do calçamento será feita pela prefeitura às expensas dos interessados no serviço.

§ 2º No ato da concessão da licença, o interessado depositará o montante necessário a cobrir as despesas.

**Art. 194** - A autoridade municipal competente poderá estabelecer horário para a execução dos trabalhos, se estes ocasionarem transtorno ao trânsito de pedestres e de veículos nos horários de trabalho.

**Art. 195** - As empresas ou particulares autorizados a fazer abertura no calçamento ou obras nas vias públicas, são obrigados a colocar tabuletas indicativas de perigo e interrupção de trânsito, convenientemente dispostos, além de luzes vermelhas durante a noite.

**Parágrafo Único** - A autoridade poderá estabelecer outras exigências, quando julgar conveniente à segurança, à salubridade e ao sossego público, quando do licenciamento de obras que se realizem nas vias e logradouros públicos.

## SEÇÃO VIII

### DAS BARRACAS

**Art. 196** - Não será concedida licença para localização de barracas para fins comerciais nos passeios e nos leitos dos logradouros públicos.

**Parágrafo Único** - As prescrições do presente artigo, não se aplica às barracas fixas armadas nas feiras livres, quando instaladas nos dias úteis e dentro do horário determinado pela Prefeitura.

**Art. 197** - Nas festas de caráter público ou religioso, poderão ser instaladas barracas brancas para divertimento mediante licença da Prefeitura, solicitada pelos interessados no prazo máximo de oito dias.

§ 1º Nas instalações de barracas deverão ser observados os seguintes requisitos:

**I** - Apresentar bom aspecto estético e ter área mínima de 4m<sup>2</sup> (quatro metros quadrados);

**II** - Ficarem fora da faixa de rolamento do logradouro público dos pontos de estacionamento de veículos;

**III** - Ser, quando de prendas, providas de mercadorias para pagamento dos prêmios;

**IV** - Funcionar exclusivamente no horário e no período da festa para o qual foram destinadas.

§ 2º Quando as barracas forem destinadas à venda de refrigerantes e alimentos, deverão obedecer às disposições deste código relativas à higiene dos alimentos e mercadorias colocadas à venda.

§ 3º No caso de o proprietário da barraca modificar o comércio para que foi destinada ou mudá-la de local sem prévia autorização da Prefeitura, a mesma será desmontada, imediatamente de intimação, não cabendo ao proprietário direito a qualquer indenização por danos materiais, nem a esta qualquer responsabilidade por danos advindos do desmonte.

## SEÇÃO IX

### DOS ANÚNCIOS E CARTAZES

**Art. 198** - A afixação de anúncios, cartazes e quaisquer outros meios de publicidade e propaganda referente a estabelecimentos comerciais, industriais ou profissionais, escritórios, laboratórios ou gabinetes, casas de diversões ou qualquer tipo de estabelecimento, depende de licença da Prefeitura mediante requerimento dos interessados.

§ 1º - Incluem-se nas exigências do presente artigo, em letreiros, painéis, tabuletas, outdoors, mas, placas e avisos.

§ 2º - As prescrições do presente artigo abrangem os meios de publicidade e propaganda afixados, suspensos ou pintados em paredes, muros, tapumes ou veículos, bem como outdoors em calçadas.

§ 3º - Ficam compreendidos na obrigatoriedade do presente artigo, os anúncios e outdoors colocados em terrenos ou próprios do domínio privado e que forem visíveis dos logradouros públicos.

§ 4º - Depende ainda da licença da prefeitura, a distribuição.

**Art. 199** - Os pedidos de licença à prefeitura para colocação, pintura ou distribuições de anúncios, cartazes e quaisquer outros meios de publicidade e propaganda, deverão mencionar:

**I** - O local em que serão colocados, pintados ou distribuídos;

**II** - As inscrições e o texto.

**Art. 200** - É permitida a colocação de letreiros nas seguintes condições:

**I** - Afixadas na frente de lojas ou sobrelojas de edifícios comerciais, devendo ser colocadas de forma a não interromperem linhas acentuadas pela alvenaria ou pelo revestimento, nem serem colocadas em placas de numeração, nomenclatura e outras indicações oficiais dos logradouros;

**II** - Em edifícios de utilização mista, quando tenham iluminação fixa e sejam colocados de forma que não se verifiquem reflexos luminosos diretos nos vãos dos pavimentos e logradouros do mesmo edifício, além de observadas as exigências do item anterior;

**III** - Dispostos perpendicularmente ou com parâmetro de muro situados no meio dos logradouros, constituindo saliências, desde que sejam luminosos, não fiquem em altura inferior a 2,50 (dois metros e cinquenta centímetros) do passeio, quando os do pavimento térreo, nem possuam balanço que exceda de 1,50 (um metro e cinquenta centímetros) quando aplicados acima do primeiro pavimento;

**IV** - A frente de edifícios comerciais, inclusive lojas ou sobrelojas de galerias internas quando saliência luminosas em altura não inferior a 2,50 (dois metros e cinquenta centímetros).

**Parágrafo Único** - As placas com letreiros poderão ser colocadas quando fabricadas em metal, vidro, plástico, acrílico ou material adequado nos seguintes casos:

**I** - Para indicação de profissional liberal nas respectivas residências, escritórios ou locais, mencionados apenas o nome do profissional, a profissão ou especialidade e horário de atendimento;

**II** - Para indicação de profissionais responsáveis por projeto de execução de obra, seus nomes, endereços, números de registro do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA), número de obra, nas dimensões exigidas pela legislação federal vigente e colocados em local acessível sem ocasionar perigos aos transeuntes.

**Art. 201** - As decorações especiais de fachadas ou vitrines de estabelecimentos comerciais, poderão ser feitas por ocasião de comemorações cívicas e festividades tradicionais desde que não constem nas mesmas, quaisquer referências comerciais salve à denominação do estabelecimento.

**Art. 202** - Não será permitida a colocação de anúncios ou cartazes quando:

**I** - Pela sua natureza, provoquem aglomerações prejudiciais ao trânsito público;

**II** - De algum modo prejudiquem o aspecto paisagístico da cidade;

**III** - Sejam ofensivos à moral ou contenham dizeres desfavoráveis aos indivíduos, famílias e instituições;

**IV** - Contenham incorreção de linguagem;

**V** - Obstruam, interceptem ou reduzam os vãos das portas ou janelas;

**VI** - Quando pintados diretamente sobre qualquer parte das fachadas, ou sobrepostos em forma de painel;

**VII** - Pelo seu número ou má distribuição, prejudiquem os aspectos estéticos da cidade;

**VIII** - Em arborização e posteamentos públicos, inclusive grades protetoras.

**Parágrafo Único** - A inscrição de letreiros de qualquer espécie gravados ou em relevo no revestimentos fachadas, só será permitida a juízo do Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

**Art. 203** - Os anúncios e letreiros encontrados sem que os responsáveis tenham atendido as exigências da presente seção, poderão ser apreendidos ou retirados pela prefeitura até a regularização das respectivas exigências, além do pagamento da multa prevista neste capítulo.

**Art. 204** - O prefeito poderá, mediante concorrência, permitir a instalação de placas, letreiros e outros dispositivos em que constem, além do nome do logradouro, publicidade comercial ou de concessão.

**Art. 205** - Na infração de dispositivos deste Capítulo, será imposta multa correspondente a 10 (dez) vezes o valor da Unidade Referencial de Marechal Floriano (UR).

## SEÇÃO VIII

### DA PRESERVAÇÃO DA ESTÉTICA DOS EDIFÍCIOS

#### SEÇÃO I

#### DOS TOLDOS

**Art. 206** - A instalação de toldos à frente de lojas comerciais, será permitida desde satisfaçam as seguintes condições:

**I** - Não descenderem quando instalados no pavimento térreo, os seus elementos ativos, inclusive cambinelas, abaixo de 2,20 (dois metros e vinte centímetros), em cota a ao nível do passeio;

**II** - Não excederem à largura dos passeios e ficarem sujeitos ao balanço máximo de (dois metros);

**III** - Não prejudicarem a arborização e a iluminação, nem ocultarem placas de sinalizações de logradouros;

**IV** - Serem aparelhados com ferragens e roldanas necessárias ao completo funcionamento da peça junto à fachada;

**V** - Serem feitos de material de boa qualidade e convenientemente acabados.

**Art. 207** - Para colocação de toldos, o requerimento à prefeitura deverá ser acompanhado do desenho técnico representando uma seção normal à fachada na qual figurem o alinhamento da fachada e o passeio com as respectivas cotas, no caso de destinarem ao pavimento térreo.

**Art. 208** - Na infração dos dispositivos deste capítulo, será imposta multa de 10 vezes o valor da referência de Marechal Floriano (UR).

**Parágrafo Único** - Na primeira reincidência dos dispositivos deste capítulo, será o toldo retirado pela prefeitura, proibindo-se a reposição.

#### CAPÍTULO IX DOS INFLAMÁVEIS E EXPLOSIVOS

**Art. 209** - No interesse público, a prefeitura fiscalizará supletivamente as atividades de fabricação, comércio, transporte e emprego de inflamáveis e explosivos.

**Art. 210** - São considerados inflamáveis:

**I** - Fósforo e matérias fosforados;

**II** - Gasolinas e demais derivados de petróleo;

**III** - Éteres, álcool, aguardente e óleos em geral;

**IV** - Carboretos, alcatrão e matérias betuminosas líquidas;

**V** - Toda e qualquer outra substância cujo ponto de inflamabilidade seja de 135° C (cento e trinta e cinco graus centígrado).

**Art. 211** - São considerados explosivos:

- I - Fogos de artifícios;
- II - Nitroglicerina, seus compostos e derivados;
- III - Pólvora e algodão polpora;
- IV - Espoletas e estopins;
- V - Juminates clorados, formatos e congêneres;
- VI - Cartuchos de guerra, caça e minas.

**Art. 212** - É absolutamente proibido:

I - Fabricar explosivos sem licença das autoridades federais competentes e em local não aprovados pela prefeitura;

II - Manter depósitos de substâncias inflamáveis ou de explosivos sem atender as exigências legais quanto a construção e segurança;

III - Depositar ou conservar provisoriamente, inflamáveis ou explosivos.

§ 1º - Aos varejista é permitido conservar em cômodo apropriados em seus armazéns ou lojas, a quantidade fixada pela prefeitura na respectiva licença, de material inflamável ou explosivos que não ultrapasse a venda provável de quinze dias

§ 2º - Os fogueteiros e exploradores de predeiras poderão manter depósito de explosivos correspondente ao consumo de trinta dias, desde que os depósitos estejam localizados a uma distância mínima de 250m (duzentos e cinquenta) metros, de ruas, estradas, edificações, residências e comerciais.

§ 3º - Se as distâncias que se refere o parágrafo anterior forem superiores a 200 (duzentos) metros, é permitido o depósito de maior quantidade de explosivos.

**Art. 213** - Os depósitos de explosivos inflamáveis só serão construídos em locais especialmente designados e com licença especial da Prefeitura.

§ 1º - Todas as dependências e anexos dos depósitos de explosivos ou inflamáveis, serão construído de material incombustível.

§ 2º - Nenhum, material combustível será permitido no terreno, dentro da distância de 10 (dez) metros, de qualquer depósito de explosivos e inflamáveis.

§ 3º - Junto a porta de entrada aos depósitos de explosivos inflamáveis, deverão ser pintados de forma bem visível os dizeres "INFLAMÁVEIS" ou "EXPLOSIVOS" - "CONSERVE O FOGO A DISTÂNCIA", com as respectivas tabuletas com os símbolos respectivos do perigo.

§ 4º - Em locais visíveis deverão ser colocados tabuletas ou cartazes com símbolos representativo do perigo e com os dizeres - "É PROIBIDO FUMAR".

**Art. 214** - Em todo depósito, posto de abastecimento de veículos, armazéns, granel ou qualquer outro imóvel onde existir armazenamento de explosivos inflamáveis, deverão existir instalações contra incêndio, em quantidade e disposição convenientes, mantidos em perfeito estado de funcionamento.

**Art. 215** - Não será permitido o transporte de explosivos ou inflamáveis sem as precauções devidas

§ 1º - Não poderão ser transportados simultaneamente no mesmo veículo explosivos e inflamáveis.

§ 2º - Os veículos que transportarem explosivos ou inflamáveis não poderão conduzir outras pessoas além do motorista e dos ajudantes.

**Art. 216** - É expressamente proibido:

I - Queimar fogos de artifícios, bombas, buscapés, morteiros ou outros fogos perigosos, nos logradouros públicos ou em janela e portas que derem para o mesmo;

II - Soltar balões em toda a extensão do município;

III - Fazer fogueiras nos logradouros públicos, sem prévia autorização da prefeitura;

IV - Utilizar, sem justo motivo, armas de fogo dentro perímetro urbano do município;

V - Fazer armadilha com arma de fogo, sem colocação de sinal de advertência aos passantes e transeuntes.

§ 1º - A proibição de que trata os itens I e III, do presente artigo, poderá ser suspensa mediante licença da prefeitura, em dias de festejos, regozijo público ou festividades e caráter tradicional.

§ 2º - Os casos previsto no parágrafo anterior serão regulamentados pela prefeitura, que poderá inclusive estabelecer, para cada caso as exigências que julgar necessárias ao interesse da segurança pública.

**Art. 217** - Para a instalação de estabelecimentos ou barracas de fogos de artifícios e necessário obter a permissão do órgão competente da prefeitura que determinará local onde devem ser instalados.

**Parágrafo Único** - Os estabelecimentos ou barracão de vendas de fogos de artifícios devem ter suas instalações elétricas recobertas de isolantes, possuir extintor de incêndio e ter cartazes visíveis que advertam o público para não fumar nas proximidades.

**Art. 218** - A instalação de posto de abastecimento para comércio varejista de combustíveis minerais e serviços de lavagem e lubrificação de veículos, áreas cobertas destinadas ao abrigo e guarda de veículos, bem como depósito de outros inflamáveis fica sujeita a licença da prefeitura Municipal.

§ 1º - A prefeitura municipal poderá negar a licença se reconhecer que a instalação do estabelecimento irá prejudicar, de algum modo, a segurança pública;

§ 2º - A prefeitura poderá estabelecer, para cada caso, as exigências que julgar necessárias ao interesse da segurança.

**Art. 219** - Os estabelecimentos de comércio varejista de combustíveis minerais são obrigados a manter:

I - Compressor e balanças de ar em perfeito funcionamento;

II - A medida oficial padrão aferida pelo Instituto de Peso e Medidas do Estado do Espírito Santo, para comprovação da exatidão de quantidade de produtos fornecidos, quando solicitada pelo consumidor;

III - Em local visível, o certificado de aferição;

IV - Extintores e demais equipamentos de prevenção de incêndio em quantidade suficiente e convenientemente localizados, sempre em perfeitas condições de funcionamento, observadas as prescrições do corpo de bombeiros, para cada caso em particular;

V - Perfeitas condições de funcionamento, higiene e limpeza do estabelecimento, atendendo convenientemente ao público consumidor;

VI - Atualizado seguro contra incêndio, para cobertura de terceiros;

VII - Em local acessível, telefone público para uso durante 24 (vinte e quatro) horas do dia ou comprovante de solicitação para obtê-lo;

VIII - Sistema de iluminação dirigido com foco de luz voltado exclusivamente para baixo e com as luminárias protegidas lateralmente para evitar ofuscamento dos motoristas e não perturbar os moradores das adjacências.

**Art. 220** - Os projetos de construção do estabelecimento de comércio arejista de combustíveis minerais deverão observar, além das disposições deste código, os demais dispositivos legais aplicáveis, bem como as determinações dos órgãos competentes, o tocante ao aspecto paisagísticos, arquitetônicos e ambiental.

**Art. 221**- Na infração de qualquer artigo deste capítulo será imposto uma multa correspondente a 15 Unidade Referencia de Marechal Floriano UR, além da responsabilidade civil ou criminal que a infração envolver.

## **CAPITULO X**

### **DO CORTE E PLANTIO DE ARVORES E DAS QUIMADURAS.**

**Art. 222** - A prefeitura colaborará com o estado e a União para evitar a devastação das floresta e estimular a plantação de árvores.

**Art. 223** - É expressamente proibido o corte de árvores ou arbusto nos logradouros jardins e parques públicos.

**Art. 224** - A ninguém é permitido atear fogo em matas, capoeiras, lavouras ou campos alheios, e deverá ser tomada as seguintes precauções:

I - Preparar aceiros;

II - Mandar aviso aos confinantes, com antecedência mínima de 12 (doze) horas, marcando dia, hora e lugar lançamento do fogo.

**Art. 225** - É proibida a formação de pastagens na zona urbana do Município.

**Art. 226** - Na infração do dispositivos deste capítulo, será imposta multa de 05 unidades referência de Marechal Floriano (UR).

## CAPÍTULO XI

### DA EXPLORAÇÃO DE PEDREIRAS, CASCALHEIRAS, OLARIAS E DEPÓSITOS DE AREIA E SAIBRO

**Art. 227** - A exploração de pedreiras, cascalheiras, olarias e depósitos de areia e saibro depende de licença da Prefeitura, que a concederá, observados os preceitos deste código, e após avaliação pelo órgão estadual de meio ambiente.

**Art. 228** - A licença será processada mediante apresentação de requerimento assinado pelo proprietário do solo ou pelo explorador e instruído de acordo com este artigo.

§ 1º - Do requerimento deverão constar as seguintes indicações:

- a) nome e residência do proprietário e do explorador, se este não for o proprietário;
- b) localização precisa da entrada do terreno;
- c) declaração do processo de exploração e da qualidade do explosivo a ser empregado se for o caso.

§ 2º - O requerimento de licença deverá ser instruído com os seguintes documentos:

- a) prova de propriedade do terreno;
- b) autorização para a exploração passada pelo proprietário em cartório, no caso de não ser ele o explorador;
- c) perfis do terreno em 03 (três) vias e plantas da situação, com indicação do relevo do solo por meio de curvas de nível, contendo a delimitação exata da área a ser explorada com a localização das respectivas instalações e indicando as construções, esgotos, os mananciais e curso d'água situados em toda a faixa de largura de 400m (quatrocentos metros) em torno da área a ser explorada.

§ 3º - No caso de se tratar de exploração de pequeno porte poderão ser dispensados, a critério da Prefeitura, os documentos indicados na alínea "c" do parágrafo anterior.

**Art. 229** - As licenças para exploração serão sempre de prazo fixo, e ao concedê-las, a prefeitura poderá fazer as restrições que julgar convenientes.

**Parágrafo único** - Será interditada a pedreira ou parte dela, embora licenciada e explorada de acordo com este código, desde que posteriormente se verifique que a sua exploração acarrete perigo ou dano à vida, à propriedade ou ao meio ambiente.

**Art. 230** - Os pedidos de prorrogação de licença para continuação da exploração serão feitos por meio de requerimento e instruídos com o documento de licença anteriormente concedida.

**Art. 231** - O desmonte das pedreiras pode ser feito a frio ou a fogo, sendo que a exploração a fogo fica sujeita às seguintes condições:

- I - declaração expressa da qualidade dos explosivos a empregar;
- II - intervalo mínimo de 30 (trinta minutos) entre cada série de explosões;
- III - içamento, antes da explosão, de uma bandeira a altura conveniente para ser vista à distância;

**IV** - toque por 03 (três) vezes, com intervalo de 02 (dois) minutos, de uma sineta e o aviso em brado prolongado, dando sinal de fogo.

**Art. 232** - Na instalação de olarias nas Zonas urbanas e de expansão urbana do Município, quando as escavações facilitarem a formação de depósitos de águas, será o explorador obrigado a fazer o devido escoamento ou a aterrar as cavidades à medida que for retirado o carro.

**Art. 233** - Nas olarias, as chaminés serão construídas de modo a não incomodar os moradores vizinhos pela fumaça ou emanções nocivas.

**Art. 234** - A Prefeitura poderá, a qualquer tempo, determinar a execução de obras no recinto da exploração de pedreiras ou cascalhadeiras, com o intuito de proteger propriedades particulares ou públicas, ou evitar a obstrução das galerias de águas.

**Art. 235** - Não será permitida a extração de areia em nenhum curso de água do Município:

**I** - a jusante do local em que recebem contribuições de esgotos;

**II** - quando modifiquem o leito ou as margens dos mesmos;

**III** - quando possibilitem a formação de lodaçais ou causem por qualquer forma a estagnação das águas;

**IV** - quando, por algum modo, possam oferecer perigo as pontes, muralhas ou quaisquer obras construídas nas margens ou sobre os leitos dos rios.

**Art. 236** - Na infração de qualquer artigo deste capítulo, será imposta a multa correspondente a 10 Unidade Referência de Marechal Floriano (UR).

### **TÍTULO III**

#### **DO FUNCIONAMENTO DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA**

##### **CAPÍTULO I**

#### **DO LICENCIAMENTO DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA**

**Art. 237** - Nenhum estabelecimento comercial, industrial ou prestador de serviço, poderá funcionar sem prévia licença da Prefeitura, a qual só será concedida se observada as disposições deste código e as demais normas legais e regulamentares pertinentes.

**Parágrafo Único** - O requerimento deverá especificar com clareza:

**I** - o ramo do Comércio ou da indústria, ou do tipo de serviço a ser prestado;

**II** - o local em que o requerente pretende exercer sua atividade.

**Art. 238** - Não será concedida a licença dentro do perímetro urbano, aos estabelecimentos industriais, que pela natureza dos produtos, pelas matérias-primas utilizadas, pelos combustíveis empregados, ou por qualquer outro motivo que possam prejudicar a saúde pública.

**Art. 239** - A licença, para funcionamento de açougues e padarias, confeitarias, cafés, bares, restaurantes, hotéis, pensões e outros estabelecimentos congêneres, será sempre procedida de aprovação da Secretaria Municipal de Saúde.

**Art. 240** - Para ser concedida a licença de funcionamento pela Prefeitura, o prédio e as instalações de todo e qualquer estabelecimento comercial, industrial ou prestador de Serviço, deverão ser previamente vistoriados pelos órgãos competentes em particular no que diz respeito às condições de higiene e segurança, qualquer que seja o ramo de atividade que se destina.

**Parágrafo Único** - O alvará de licença só poderá ser concedido após informações pelos órgãos competentes da Prefeitura, de que o estabelecimento atende às exigências estabelecidas neste Código.

**Art. 242** - Para mudança de local de estabelecimento comercial e industrial, deverá ser solicitada a necessária permissão à prefeitura, que verificará se o novo satisfaz às condições exigidas.

**Art. 243** - A licença de localização poderá ser cassada:

**I** - quando se tratar de negócio diferente do requerido;

**II** - como medida preventiva, a bem da higiene, da moral ou do sossego e segurança pública;

**III** - se o licenciado se negar a exhibir o alvará de localização à autoridade competente, quando solicitado a fazê-lo;

**IV** - por solicitação da autoridade competente, provados os motivos que fundamentarem a solicitação.

§ 1º - Cassada a licença, o estabelecimento será imediatamente fechado.

§ 2º - Poderá ser igualmente fechado, todo o estabelecimento que exercer atividades sem a necessária licença expedida em conformidade com o que preceituar este capítulo.

**Art. 244** - Aplica-se o disposto neste capítulo, ao comércio de alimentos preparados e de refrigerantes quando realizado em quiosques, vagões, vagonetes quando montados em veículos automotores ou por estes tracionáveis.

**Art. 245** - É vedado o estabelecimento desses veículos ou de seus componentes em vias e lagradouros públicos do Município.

## **CAPÍTULO II**

### **DO COMÉRCIO AMBULANTE**

**Art. 246** - O exercício do Comércio ambulante ou eventual, dependerá de licença especial, e deverá ser regulamentada pelo Prefeito Municipal.

## **CAPÍTULO III**

### **DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS**

#### **SEÇÃO I**

##### **DO FUNCIONAMENTO EM HORÁRIO NORMAL**

**Art. 247** - A abertura e fechamento dos estabelecimentos industriais, comerciais e prestadores de serviços na sede Municipal, obedecerão aos seguintes horários, observados as prescrições da legislação federal que regula o contrato de duração e as condições de trabalho:

**I** - para indústrias, de modo geral, das 7:00 às 17:00h (sete às dezessete horas) nos dias úteis;

**II** - para o comércio, de modo geral, das 7:00 às 18:00h (sete às dezoito horas), nos dias úteis e aos sábados das 7:00 às 12:00h (sete às doze horas), observando-se o sistema de turnos entre os empregados;

**III** - os estabelecimentos prestadores de serviço, de modo geral, das 7:00 às 18:00h (sete às dezoito horas), nos dias úteis.

§ 1º - o Prefeito Municipal poderá, mediante solicitação das classes interessadas, prorrogar o horário dos estabelecimentos até as 22:00h (vinte e duas horas);

§ 2º - Nos domingos, feriados nacionais, estaduais, locais ou outros decretados pelas autoridades competentes, os estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços permanecerão fechados.

**Art. 248** - Para atender à conveniência pública, poderão funcionar em horários especiais os seguintes estabelecimentos:

**I** - barbearias, cabeleireiros e salões de beleza, das 7:00 às 19:00h (sete às dezanove horas) nos dias úteis, havendo tolerância até as 21:00h (vinte e uma horas) nos sábados e véspera de feriados.

**II** - cinemas, teatros, parques de diversões e circos, diariamente das 8:00 (oito) às 24:00 (vinte e quatro) horas;

**III** - padarias, das 4:00 (quatro) às 21:00h (vinte e uma) horas os dias úteis e das 5:00 (cinco) às 18:00 (dezoito) horas nos domingos e feriados;

**IV** - açougues, quitandas e casas de verduras, das 6:00 (seis) às 18:00 (dezoito) horas;

**V** - farmácias, das 6:00 (seis) às 21:00 (vinte e uma) horas nos dias úteis;

**VI** - restaurantes, das 10:00 (dez) às 22:00h (vinte e duas) horas;

**VII** - clubes sociais, boates e similares das 18:00 (dezoito) às 3:00 (três) horas do dia imediato;

**VIII** - os revendedores de derivados de petróleo obedecerão ao horário estabelecido pelo órgão federal.

§ 1º - as farmácias, quando fechadas, poderão, em caso de necessidade, tender ao público a qualquer hora do dia ou da noite;

§ 2º - as farmácias e drogarias ficam obrigados a afixar em suas portas, na arte externa e em local visível, placas indicadoras das que estiverem de plantão, em que conste o nome e o endereço das mesmas;

§ 3º - Aos domingos e feriados funcionarão normalmente as farmácias que estiverem de plantão, obedecida a escala organizada pela Prefeitura, devendo as demais fixar, a porta, uma placa com a indicação dos plantonistas;

§ 4º - para o funcionamento dos estabelecimentos que operem em mais de um ramo de comércio, serão observadas as determinações para a espécie principal, tendo em vista o estoque e a receita principal do estabelecimento.

## **SEÇÃO II**

### **DOS ESTABELECIMENTOS NÃO SUJEITO A HORÁRIO**

**Art. 249** - Não estão sujeitos a horário de funcionamento:

**I** - As indústrias que, por sua natureza, dependem da continuidade de horário, desde que provada essa condição e mediante petição dirigida à Prefeitura Municipal;

**II** - hotéis, pensões e hospedarias em geral;

**III** - hospitais, casas de saúde, ambulatórios, maternidades, serviços médicos de urgência e estabelecimentos congêneros;

**IV** - casas funerárias;

**V** - bares, botiquins, lanchonetes e sorveterias;

**VI** - bancas de jornais e revistas;

**VII** - unidades de distribuição e purificação de água;

**VIII** - unidade de produção e distribuição de energia elétrica;

**IX** - serviço telefônico;

**X** - serviços de esgotos;

**XI** - serviços de transporte coletivos;

**XII** - outras atividades a que, a juízo da autoridade fiscal competente, seja estendida tal prerrogativa.

**Art. 250** - As infrações resultantes do não cumprimento das disposições deste capítulo, serão punidas com multa de 15 Unidades referência de Marechal Floriano (UR).

## **TÍTULO IV**

### **DOS ESTABELECIMENTOS, AGRÍCOLAS, INDUSTRIAIS E COMERCIAIS LOCALIZADOS NA ZONA RURAL.**

**Art. 251** - Aplicam-se ao que couberem os estabelecimentos agrícolas, industriais e comerciais localizados na zona rural do município, prescrições contidas neste código em geral em especial o disposto neste capítulo.

**Art. 252** - Os depósitos de ferro velho quando localizado a beira da estrada, somente, serão autorizados a funcionar deste que murados ou possuam cerca viva, impedindo a visão dos parques de armazenamento de ferro velho.

**Art. 253** - As atividades agrícolas e industriais, quer de fabricação ou eneficiamento, não poderão lançar diretamente, nos cursos de água, materiais e água servidas que possam causar poluição ambiental.

**Art. 254** - Os resíduos industriais e agrícolas só poderão ser lançados nos cursos de água, desde que apresente as seguintes características, verificadas mediante testes provas de laboratórios:

I - oxigênio dissolvido igual do curso de água;

II - demanda bioquímica do oxigênio igual ou curso de água

III - sais minerais dissolvidos em suspensão ou precipitados nas mesmas condições em que os contiver o curso de água in natura.

**Art. 255** - Os agricultores e proprietários marginais, são obrigados a se abster da prática de atos que prejudicam ou embarcam o curso das águas, ressalvados os casos previstos na legislação específica.

§1º - A infração do dispositivo neste artigo, obriga os infratores a removerem os obstáculos produzidos.

§2º - Se intimados, os infratores não cumprirem a obrigação de removerem os obstáculos, a remoção será feita pela prefeitura Municipal, cobrando-se do imposto as despesas realizadas, acrescida de multa de 05 Unidade de referência de Marechal Floriano (UR).

**Art. 256** - Na infração dos dispositivos contidos neste título, serão aplicadas as penalidades previsto no **Art. 124** deste código, além das previstas nos parágrafos 1º e 2º do artigo.

## **TÍTULO V DOS CEMITÉRIOS PÚBLICOS E PARTICULARES**

### **CAPÍTULO I DA ADMINISTRAÇÃO DOS CEMITÉRIOS**

**Art. 257** - Cabe a prefeitura Municipal, a administração do cemitério público prover sobre a mortuária.

**Art. 258** - Os cemitérios instituídos por iniciativas privada e de ordens religiosas, ficam submetidas a polícia mortuária da prefeitura no que se referir a inscrição e registros dos seus livros, ordem pública, imunação, exumação e demais fatos relacionados com a polícia mortuária.

**Art. 259** - A construção de cemitérios deverá ser realizada em pontos levados e, os mesmo serão cercados por muros, com altura mínima de 2 (dois) metros.

**Paragrafo Único** - A construção de cemitérios particulares dependerá de prévia autorização da Prefeitura Municipal.

**Art. 260** - O nível do cemitério, com relação aos cursos de água vizinhas, deverá ser suficientemente elevado, de modo que na ocorrência de eventuais enchentes, as águas não cheguem a alcançar o fundo das sepulturas.

**Art. 261** - Os cemitérios estabelecidos por iniciativa privada terão os seguintes requisitos:

**I** - Dominio da área;

**II** - Organização legal de instituição ou sociedade.

§1º - Em caso de falência, ou dissolução da sociedade, o acervo será transferido a prefeitura, sem ônus, com o mesmo sistema de funcionamento.

§2º - Os ossos do cadáver sepultado em carneiro ou jazigo temporário, que na época da exumação, não tendo havido interesse dos familiares, serão trasladados para o ossuário do cemitério Municipal.

**Art. 262** - Os cemitérios ficarão abertos ao público diariamente, das 7h (sete) às 18 horas (dezoito).

**Art. 263** - A área do cemitério será dividida em quadras, separadas, uma das outras, por meio de avenidas e ruas, paralelas e perpendiculares.

§1º - As áreas interiores das quadras serão divididas em áreas de sepultamento, separadas por corredores de circulação com 0.50 m (cinquenta) centímetros, no sentido de largura da área de sepultamento e 0.80 (oitenta) centímetros, no sentido de seu comprimento.

§2º - As avenidas e ruas terão alinhamento e nivelamento aprovado pela prefeitura, devendo ser providas de guia e sarjetas.

§3º - O ajardinamento e arborização no interior do cemitério deverá ser de forma a dar-lhe o melhor aspecto paisagístico possível.

**Art. 264** - No recinto do cemitério ou com relação a ele, deverá:

**I** - Existir capela mortuária;

**II** - Ser assegurado absoluto asseio e limpeza;

**III** - Ser mantida completa ordem e respeito;

**IV** - Ser mantido registro de sepulturas, carneiros e mauseus;

**V** - Ser exercido rigoroso controle sobre sepultamento, exumações e transladações, mediante certidão de óbito e outros documentos cabíveis;

**VI** - Manter-se rigorosamente organizados e atualizados registros, livros e fichários relativos a sepultamento, exumações, transladações e contrato sobre utilização e perpetuidade de sepulturas.

## CAPITULO II DAS SEPULTURAS

**Art. 265** - Denomina-se sepultura, a cova destinada a depositar caixão, denomina-se depósito funerário ao ossário.

§1º - A cova destituída de qualquer obra, denomina-se sepultura rasa;

§2 - Contendo obra de contenção das paredes laterais, são denominadas carneiros;

§3 - A sepultura rasa é sempre temporária ;

§4 - O carneiro poderá ser temporário ou perpétuo.

**Art. 266** - Denomina-se monsoléu ao jazigo que possuir uma parede edificada em sua superfície.

**Art. 267** - As sepulturas poderão ser concedidas gratuitamente ou através de remuneração.

**Art. 268** - Nas sepulturas gratuitas, serão enterrados os indigentes adultos, pelo prazo de cinco anos e, crianças por três anos.

**Art. 269** - As sepulturas remuneradas poderão ser temporários ou perpétuas, de acordo com a sua localização em áreas especiais.

§1º - Não se concederá perpetuidade as sepulturas que, por sua condição ou localização, se caracterizem como temporárias.

§2º - Quando o interessado desejar perpetuidade, deverá proceder a translacão dos restos mortais para sepultura perpétua, observadas as disposições legais.

**Art. 270** - O prazo mínimo entre dois sepultamento no mesmo carneiros, é de cinco para adulto e de três anos para criança.

**Parágrafo Único** - Não haverá limite de tempo se o jazigo possuir carneiros hermeticamente fechados.

**Art. 271** - As sepulturas temporárias serão concedidas pelo seguintes razos:

**I** - Cinco anos, facultada a prorrogação por igual período, direito a novos sepultamento;

**II** - Por dez anos, facultada a prorrogação por igual período, com direito ao sepultamento do cônjuge e de parentes consaguíneos ou afins até o segundo grau, desde que não atingindo o último quinquênio da concessão.

**Parágrafo Único** - Para renovação do prazo de domínio das sepulturas temporárias, é condição indispensável a boa conservação das mesmas por parte dos interessados.

**Art. 272** - A concessão da perpetuidade será feita exclusivamente para carneiros do tipo, destinado a adultos.

**Parágrafo Único** - A perpetuidade pertence a família ou famílias ligadas por grau de parentesco com o falecido, até o terceiro grau consanguíneo.

**Art. 273** - Para construções funerárias nos cemitérios, deverão ser atendidas as seguintes requisitos:

**I** - Requerimento do interessado a prefeitura, acompanhado do respectivo projeto;

**II** - Aprovação do projeto pela prefeitura, considerados os aspectos estéticos, segurança e de higiene;

**III** - Expedição de licença pela Prefeitura para a construção de acordo com o projeto aprovado.

**Art. 274** - Na área do cemitério não se prepara pedras e outros materiais destinados a construção de carneiros e monólitos.

**Art. 275** - Os restos de materiais provenientes de obras, conservação e limpeza de túmulo, deverão ser removidos para fora da área de cemitério, imediatamente após a conclusão dos trabalhos.

### **CAPITULO III**

#### **DAS INUMAÇÕES E EXUMAÇÕES**

**Art. 276** - Nenhuma inumação poderá ser feita menos de 12 (doze) horas após o falecimento, salvo determinação expressa do médico atestante, feita na declaração de óbito.

**Art. 277** - Não será feita inumação sem a apresentação de certidão de óbito, fornecida pelo cartório de registro civil da jurisdição onde tenha se verificado o falecimento.

**Parágrafo Único** - Em caso especial de extrema necessidade, a inumação poderá ser realizada independente de apresentação de certidão de óbito, quando requisitada por permissão à Prefeitura Municipal por autoridade policial ou judicial, que ficará obrigada a apresentar, posteriormente, a prova legal do registro do óbito.

**Art. 278** - As inumações serão feitas diariamente, no horário, estabelecido no artigo 262 deste Código.

**Parágrafo único** - Em caso de inumação fora do horário normal, será cobrada taxa prevista para essa exceção.

**Art. 279** - O prazo mínimo para exumação dos ossos dos cadáveres enterrados nas sepulturas temporárias, é de cinco anos.

**Art. 280** - Expirado o prazo da sepultura rasa, os ossos serão exumados e depositados no ossuário.

**Parágrafo único** - Os ossos existentes no ossuário serão periodicamente incinerados.

## DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 281-** Cabe a Secretaria Municipal de obras e Serviços urbanos, a fiscalização para o cumprimento deste código, com a colaboração dos demais órgãos da Administração Municipal.

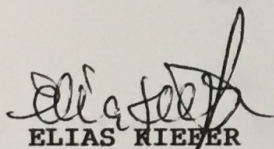
**Art. 282** - Os custos de serviços, concessões e laudênios para os cemitérios públicos serão fixados por decreto, estabelecendo o preço público.

**Art. 283** - Nas infrações referente a postura não previstas neste código, aplica-se a multa de 10 UR

**Art. 284** - Aplicam-se a este código as não incidências tributárias previstas no código Tributário, com referência a posturas.

**Art. 285** - Este código entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

MARECHAL FLORIANO, 10 DE OUTUBRO DE 1995



ELIAS RIEBER

PREFEITO MUNICIPAL